



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO
(Instrução processual - fase de habilitação)

Pregão Eletrônico nº 19/2020

| | |
|-------------------------------------|--|
| FORNECEDOR: | CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA |
| CNPJ: | 15.676.062/0001-95 |
| CONTATO (telefone e e-mail): | André Luiz De Marchi / (45) 99832-0909 andre.de.marchi.1981@gmail.com |
| LOTE: | 02 |

| | SIM | NÃO | NÃO |
|---|------------|------------|------------|
| 1. Extrato de declarações do COMPRASNET | X | | |
| 2. Habilitação jurídica | | | |
| a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário | | | X |
| b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores | X | | |
| c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício | | | X |
| d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; | | | X |
| e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. | | | X |
| 3. Regularidade fiscal | | | |
| a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) | X | | |
| b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) | X | | |
| c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014 | X | | |
| d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente | X | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

| | SIM | NÃO | NÃO |
|---|-----|-----|-----|
| e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente | | | X |
| 4. Regularidade trabalhista | | | |
| a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) | X | | |
| 5. Qualificação econômico-financeira | | | |
| a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante | X | | |
| b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014) | | | X |
| b.1) demonstrativos contábeis eventualmente exigidos – especificar (incluir uma nova linha para cada exigência) | | | X |
| 6. Qualificação técnica | | | |
| a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de mobiliário compatível com o objeto desta licitação, compreendendo o seguinte quantitativo mínimo por lote: LOTE 2: 100 armários; | X | | |
| b) Os atestados de capacidade técnica devem corresponder a mobiliários certificados por Organismo de Avaliação de Conformidade acreditado pelo INMETRO | X | | |
| 7. Outros | | | |
| a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php | X | | |
| b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc | X | | |
| c) SICAF E CADASTRO NÍVEL 1, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 | X | | |



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 15.676.062/0001-95
Razão Social: CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **02/09/2020**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | |
|---|-----------|-------------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 01/07/2020 |
| FGTS | Validade: | 14/07/2020 |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 07/08/2020 |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|-------------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 02/05/2020 |
| Receita Municipal | Validade: | 26/04/2020 |

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2020**



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 15.676.062/0001-95
Razão Social: CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 02/09/2020

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno Porte**
Inscrição Estadual: 947392649 Inscrição Municipal: 11148
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
Capital Social: **R\$ 650.000,00** Data de Abertura da Empresa: **04/06/2012**
CNAE Primário: **4754-7/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS**
CNAE Secundário 1: **1610-2/03 - SERRARIAS COM DESDOBRAMENTO DE MADEIRA EM**
CNAE Secundário 2: **2599-3/02 - SERVIÇO DE CORTE E DOBRA DE METAIS**
CNAE Secundário 3: **3101-2/00 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE**
CNAE Secundário 4: **4649-4/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE**
CNAE Secundário 5: **4679-6/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁRMORES E GRANITOS**
CNAE Secundário 6: **4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO**
CNAE Secundário 7: **4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS**
CNAE Secundário 8: **4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 9: **4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE**
CNAE Secundário 10: **4754-7/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE COLCHOARIA**
CNAE Secundário 11: **4754-7/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO**
CNAE Secundário 12: **4755-5/03 - COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E**
CNAE Secundário 13: **4756-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS**
CNAE Secundário 14: **4763-6/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS**
CNAE Secundário 15: **4781-4/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E**
CNAE Secundário 16: **4789-0/07 - COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS PARA**
CNAE Secundário 17: **4789-0/08 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS E**
CNAE Secundário 18: **4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS**
CNAE Secundário 19: **4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS**
CNAE Secundário 20: **7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**
CNAE Secundário 21: **9529-1/05 - REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO**

Relatório Nível I - Credenciamento

Dados para Contato

CEP: 85.905-490
Endereço: RUA MARIO MARCHIORI, 530 - JARDIM ANAPOLIS
Município / UF: Toledo / Paraná
Telefone: (45) 21033600
Email: CENTERMOVEISDESIGN@HOTMAIL.COM

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 007.954.629-30
Nome: ANDRE LUIZ DE MARCHI
Carteira de Identidade: 61122281 Órgão Expedidor: SSP PR
Data de Expedição: 05/12/2007 Data de Nascimento: 01/09/1981
E-mail: centermoveisdesign@hotmail.com

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 007.954.629-30 Participação Societária: 99,23%
Nome: ANDRE LUIZ DE MARCHI
Carteira de Identidade: 61122281 Órgão Expedidor: SSP PR
Data de Expedição: 05/12/2007 Data de Nascimento: 01/09/1981
Filiação Materna: CELESTE DE MARCHI
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 85.905-590
Endereço: RUA ENGREACIA HEISS, 320 - JD GISELLA
Município / UF: Toledo / Paraná
Telefone: (45) 00000000
Email: centermoveisdesign@hotmail.com

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 103.102.169-82 Participação Societária: 0,77%
Nome: SARAH ALISSA KLEIN DE MARCHI
Carteira de Identidade: 135302660 Órgão Expedidor: SSP PR
Data de Expedição: 09/04/2012 Data de Nascimento: 16/04/2009
Filiação Materna: THAIS ALINE GODIEMSKI
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 85.905-020
Endereço: RUA DOUTOR MARIO TOTTA, 750 - AP 24 - VILA INDUSTRIAL
Município / UF: Toledo / Paraná
Telefone: (45) 30530279
Email: centermoveisdesign@hotmail.com

Relatório Nível I - Credenciamento

Dirigentes

Dados do Dirigente 1

CPF: 007.954.629-30
Nome: ANDRE LUIZ DE MARCHI
Carteira de Identidade: 61122281 Órgão Expedidor: SSP PR
Data de Expedição: 05/12/2007 Data de Nascimento: 01/09/1981
Filiação Materna: CELESTE DE MARCHI
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 85.905-590
Endereço: RUA ENGREACIA HEISS, 320 - JD GISELLA
Município / UF: Toledo / Paraná
Telefone: (45) 00000000
Email: centermoveisdesign@hotmail.com

Linhas de Fornecimento

Serviços

21008 - Confecção Móveis / Artigos - Fibra de Vidro

22586 - Confecção Móveis / Placas / Painéis em vidro



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 15.676.062/0001-95
Razão Social: CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
Data Aplicação: 25/05/2015
Número do Processo: TST-505568/2014-0 Número do Contrato: PE-108/2014-B.1
Descrição/Justificativa: TST-505.568/2014-0 - penalidade de advertência, em razão do atraso de 10 dias no término da montagem de mobiliário, por ofensa ao inciso I, da Cláusula Doze - Das Obrigações da Contratada, com apoio na Subcláusula terceira, da Cláusula Quinze - Das Penalidades Sobre a Contratada, c/c o disposto no art. 87, da Lei 8.666/93.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II
Motivo: Outros
UASG Sancionadora: 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF
Data Aplicação: 06/02/2014 Valor da Multa: R\$ 1.260,59
Número do Processo: 060.010.697/2013
Descrição/Justificativa: PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DO EMPENHO nº 2013NE09077.

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **170177 - SUP.REGIONAL RECEITA FEDERAL 10A.RF/RS**
Data Aplicação: **12/12/2018** Valor da Multa: **R\$ 457,50**
Número do Processo: **11000720029201865** Número do Contrato: **DRF/POA 04/2017**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega dos objetos contratados em 115 dias e, posteriormente, não substituição dos materiais recusados no prazo (atraso de 135 dias), o que equivale à recusa em substituí-los.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Outros**
UASG Sancionadora: **80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS**
Data Aplicação: **14/03/2016** Valor da Multa: **R\$ 201,48**
Número do Processo: **3314/2013**
Descrição/Justificativa: **Multa pelo atraso na entrega de materiais adjudicados. Pregão eletrônico nº 28/2013.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **393001 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**
Data Aplicação: **24/01/2019** Valor da Multa: **R\$ 161,48**
Número do Processo: **50500380298201714** Número do Contrato: **2016NE801223**
Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega de mobiliário.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**
Data Aplicação: **11/04/2016** Valor da Multa: **R\$ 1.053,00**
Número do Processo: **505.568/2014-0** Número do Contrato: **PE-108/2014**
Descrição/Justificativa: **ATO. SE A. N. 030/2016, O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, RESOLVE, Aplicar à empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA - ME, inscrita no CNPJ 15.676.062/0001-95, a penalidade de MULTA, no valor de R\$ 1.053,00, em razão do atraso de 26 dias na entrega do material pactuado, por desrespeito ao previsto no item 16.1 – Obrigações da Contratada, e com apoio no item 20 - Sanções para o caso de inadimplemento, ambos do Edital do Pregão Eletrônico n 108/2014, c/c com o artigo 86 da Lei 8.666/93.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **925921 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DE MINAS GERAIS**
Data Aplicação: **19/04/2017** Valor da Multa: **R\$ 8.810,99**
Número do Processo: **53120.00698/17-10** Número do Contrato: **CTR-113/2016**
Descrição/Justificativa: **Referente ao processo NUP 53120.000698/2017-10, fornecedor penalizado pela ECT/DR/MG, devido ao atraso injustificado na entrega do pedido conforme prazo estipulado nas Condições Específicas da Contratação, descumprindo cláusulas contratuais do CTR-113/2016.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS**
Data Aplicação: **25/10/2016** Valor da Multa: **R\$ 430,35**
Número do Processo: **6300/2015** Número do Contrato: **2016NE000603**
Descrição/Justificativa: **Penalidade de multa aplicada por atraso na entrega dos materiais objeto da nota de empenho 2016NE000603.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS**
Data Aplicação: **02/08/2017** Valor da Multa: **R\$ 905,60**
Número do Processo: **6300/2015** Número do Contrato: **2017ne000305**
Descrição/Justificativa: **Penalidade de multa aplicada por atraso na entrega de material objeto da nota de empenho 2017ne000305.**

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS**
Data Aplicação: **30/01/2017** Valor da Multa: **R\$ 361,86**
Número do Processo: **6300/2015** Número do Contrato: **2016ne000826**
Descrição/Justificativa: **Penalidade de multa aplicada por atraso na entrega de material objeto da nota de empenho 2016ne000826.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**
UASG Sancionadora: **90016 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - RJ**
Data Aplicação: **03/02/2020** Valor da Multa: **R\$ 1.086,40**
Número do Processo: **RJEOP2018/780.10** Número do Contrato: **NEs Nº 2019NE800172/80029**
Descrição/Justificativa: **A Diretora da Secretaria Geral, Dra. Luciene da Cunha Dau Miguel, DECIDIU aplicar à empresa CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA (CNPJ: 15.676.062/0001-95), a penalidade de multa compensatória de 1,4% (um vírgula quatro por cento) sobre o valor das notas de empenho nº 2019NE800172 e nº 2019NE800296, nos termos do item 12 do Edital do Pregão nº 86/2018, subitem 12.2, alínea "b", e 12.4.1, c/c art. 87, II, da Lei nº**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **80026 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO-24.REG./MS**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **27/07/2015** Prazo Final: **25/08/2015**

Número do Processo: **2952/2015**
Descrição/Justificativa: **Deixou de entregar documentação exigida no edital Pregão Eletrônico nº 28/2013, dentro do prazo.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7ª**
Motivo: **Não apresentação de documentação exigida no certame ou apresentação de documentação falsa**

UASG Sancionadora: **80016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **05/02/2013** Prazo Final: **04/03/2013**

Número do Processo: **7550/2012** Número do Contrato: **PE 093/2012**
Descrição/Justificativa: **Penalidade aplicada em virtude da não manutenção da proposta no decorrer do Pregão Eletrônico 093/2012.**

Relatório de Ocorrências

Ocorrência 14:

| | | | |
|--------------------------|--|-------------|-----|
| Tipo Ocorrência: | Outros Tipos de Ocorrência | | |
| UASG Sancionadora: | 925929 - ECT - DIRETORIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO | | |
| Âmbito da Sanção: | Administração | | |
| Prazo: | Indeterminado | Impeditiva: | Não |
| Número do Processo: | 53150004228201697 | | |
| Descrição/Justificativa: | Advertência, com fulcro no subitem 10.1 do Edital do PGE 15000016, tendo em vista o não envio da documentação dentro do prazo exigido no Edital. | | |

Ocorrência 15:

| | | | |
|--------------------------|--|---------------------|-------------|
| Tipo Ocorrência: | Multa Art. 86 da Lei 8.666/93. | | |
| UASG Sancionadora: | 80016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO | | |
| | | Impeditiva: | Não |
| Número do Processo: | 16.0.000010911-1 | Número do Contrato: | PE 059/2016 |
| Descrição/Justificativa: | Aplicação de penalidade de Multa moratória de R\$618,47 em face do atraso na entrega do objeto da referente à 2016NE002200 | | |

Ocorrência 16:

| | | | |
|--------------------------|--|---------------------|------------|
| Tipo Ocorrência: | Multa Art. 86 da Lei 8.666/93. | | |
| UASG Sancionadora: | 80016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO | | |
| | | Impeditiva: | Não |
| Número do Processo: | 17.0.000008738-6 | Número do Contrato: | PE003/2016 |
| Descrição/Justificativa: | Multa no valor de R\$396,00, por atraso na entrega de itens, objeto da Nota de Empenho 2017NE001551, decorrente do Pregão Eletrônico 003/2016. | | |



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 15.676.062/0001-95
Razão Social: CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 15.676.062/0001-95
Razão Social: CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-4
R. Presidente Epitácio Pessoa, 1116 - Bairro Dos Estados - João Pinheiro
CEP 88030-000 - Fone: (41) 3344-5444 - Fax: (41) 3344-5444

Autenticação Digital
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII
da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reproduzida fiel
do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 49831303201623590681-1 Data: 13/03/2020 16:34:06
Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJW87877-DK87;
Valor Total do Ato: R\$ 4,56
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Vivian Beatriz Formighieri
Tribunal

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR, CONTADOR, PARTIDOR, DEPOSITÁRIO PÚBLICO E AVALIADOR JUDICIAL

COMARCA DE TOLEDO - ESTADO DO PARANÁ

VIVIAN BEATRIZ FORMIGHIERI

DISTRIBUIDORA PÚBLICA

RUA ALMIRANTE BARROSO, 3222 - EDIFÍCIO DO FÓRUM - CEP 85905-010

FONE: (45) 3378-3242 - CEI: 51.213.51383/09

CERTIDÃO NEGATIVA JUDICIAL FALÊNCIA E CONCORDATA

Vivian Beatriz Formighieri, Titular do Ofício do Distribuidor, Contador, Partidor, Depositário e Avaliador Judicial da Comarca de Toledo, Estado do Paraná, na forma da lei,

CERTIFICA, atendendo a pedido por escrito da parte interessada, que revendo nesse Cartório do Distribuidor Público da Comarca de Toledo, Estado do Paraná, os registros e arquivos referente ao FORO JUDICIAL, neles constatei a INEXISTÊNCIA, específica de:

FALÊNCIAS OU CONCORDATAS; RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL (LEI 11.101/2005), de responsabilidade de:

CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA

CNPJ: 15.676.062/0001-95

Dada e passada nesta cidade e comarca de TOLEDO, Estado do PARANÁ, ao(s) 13 dia(s) do mês de março do ano de 2020. Buscas efetuadas desde a instalação da Comarca (1954).

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE TOLEDO - PR
Vivian Beatriz Formighieri
OFICIAL TITULAR

Distribuidor, Contador, Partidor
Avaliador Depositário Público

Vivian Beatriz Formighieri
Oficial

A presente certidão foi expedida
às 15:38:37 Hs
Toledo, 13/03/2020

Daniel Formighieri Nardi
Daniel Formighieri Nardi
Funcionário Juramentado
RG: 9.132.002-9 SSP/PR
Portaria nº 33/2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **13/03/2020 16:49:33 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1485054

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **13/03/2021 16:47:56 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49831303201623590681-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b45f5ddee3054ad6a25809f8909f3ed4febe3d954a1939d486fbb2b3e03da712124c3e4ada4a529aa0fedece80b
b42ab4a2ec37bd2c124a00177ccf0b0286497





MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO
AÉREO

ATESTADO Nº 1/AIMA/17176

Protocolo COMAER nº 67613.018822/2015-02

Declaramos, a pedido da interessada, e para fins de participação em licitações públicas, que a empresa Center Móveis E Design Ltda - ME, CNPJ nº 15.676.062/0001-95, estabelecida na Av. Largo São Vicente de Paula, 1085 sl 22 – Bairro Centro – Toledo – Paraná, forneceu e realizou a montagem dos seguintes itens para o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTA II conforme as notas de empenho 2013NE801753, 2013NE801760, 2013NE801763, 2013NE801764, 2013NE801773, 2013NE801775, 2013NE801776, 2013NE801777, 2013NE801778, 2013NE801791, 2013NE801797, 2013NE801816, 2013NE801817, 2013NE801837, 2013NE801843, 2013NE801848, 2013NE801854, 2013NE801857, 2013NE801859, 2013NE801860, 2013NE801862, 2013NE801864, 2013NE801866, 2013NE801867, 2013NE801869, 2013NE801885, 2013NE801888, 2013NE801890, 2013NE801896, 2013NE801901, 2013NE801903, 2013NE801906, 2013NE801914, 2013NE801915, 2013NE801923, 2013NE801927, 2013NE802046, 2013NE802072, 2013NE802073, 2013NE802085, 2013NE802111, 2013NE802146, 2013NE802149, 2013NE802154, 2013NE802158 E 2013NE802032:

| MATERIAL FORNECIDO | QTD |
|--|-----|
| MESA OVAL TIPO VII (3,00X1,00X0,75) | 4 |
| MESA CHEFIA I (DUAS MESAS 1,40X0,60X0,75 + CONEXÃO ARREDONDADA + MESA GOTA | 8 |
| MESA TIPO V (MESA EM L PARA 01 SERVIDOR 1,50X1,50) | 69 |
| MESA TIPO IX PARA ATENDIMENTO (MESA RETA 1,30X0,70X0,75) | 11 |
| MESA TIPO II (MESA RETA 1,60X0,60) | 40 |
| ARMÁRIO ALTO TIPO I (0,90X0,50X1,63) | 87 |
| ARMÁRIO MÉDIO TIPO II (0,90X0,50X1,00) | 15 |
| ARMÁRIO PARA DOCUMENTOS (ARQUIVO PARA PASTA SUSPensa) | 14 |
| GAVETEIRO MÓVEL | 93 |
| MESA CHEFIA II (MESA EM L 1,60X0,60X1,80X0,70X0,75) | 2 |
| ARMÁRIO TIPO IV (ARMARIO ESTANTE 0,90X0,50X1,60) | 24 |



(FL 2/2 do Atestado nº 1/AIMA/17176 - CINDACTA 2, de 29 MAIO 2015, Prot nº 67613.018822/2015-02)

Declaramos, ainda, que a referida empresa cumpriu fielmente seus compromissos, não constando em nossos arquivos até a presente data, algum ato ou fato que desabone quanto a quantidade, qualidade e prazo de entrega dos produtos e serviços fornecidos.

Curitiba, 29 de maio de 2015.

MARCILIO MASSAYUKI CAMPOS OKABAYASHI 1º Ten QOInt
Chefe da Seção de Material de Intendência



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/08/2019 15:36:14 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1329659

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 15:26:16 (hora local)**.

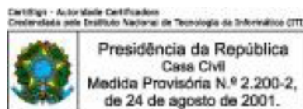
¹**Código de Autenticação Digital:** 49832108191340210064-1 a 49832108191340210064-2

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b49e521868a6c6f4987d2ebdb676967d1611dd49e087ca100d7dd2ab80c3ec536124c3e4ada4a529aa0fedec8
0bb42abcc8a6d12d6c26f1eece69cb2b9c5224b





PROCESSO Nº 0377/18
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/CPB/2018

AT-DEAC_2019_0114

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO**, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.700.114/0001-44, sediado na Rodovia dos Imigrantes, KM 11,5, Vila Guarani, São Paulo, CEP: 04329-000, atesta para os devidos fins, que a empresa **CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA**, estabelecida a Rua: Engracia Heiss, nº 320, Bairro Jardim Gisele, Cidade de Toledo – PR, de CEP 85805-590, inscrita no CNPJ n.º 15.676.062/0001-95, forneceu os produtos de modo plenamente satisfatório, atendendo todas as exigências técnicas, conforme informado pelas áreas responsáveis, no que diz respeito ao fornecimento e prazo de entrega, e em perfeita obediência as cláusulas, não sendo de nosso conhecimento qualquer fato que desabone sua idoneidade técnica e comercial.

| item | Quant. | Unidade de Fornecimento | DESCRIÇÃO DO ITEM |
|------|--------|-------------------------|---|
| 1 | 052 | UNID. | Mesa De Trabalho Reto 1400mm x 600mm x 740mm - Mesa individual de trabalho em MDF revestido em lâmina melamínico dotada de sistema para fiação e suporte para CPU. |
| 2 | 021 | UNID. | Mesa De Trabalho Reto 1600mm x 600mm x 740mm - Mesa individual de trabalho em MDF revestido em lâmina melamínico dotada de sistema para fiação e suporte para CPU. |
| 3 | 150 | UNID. | Mesa Trabalho Em "L" 1600/600 X 1600/600 X 740MM - Estação de trabalho autoportante composta de um posto constituído em tampo único e dotada de sistema para fiação e suporte para CPU. |
| 4 | 220 | UNID. | Gaveteiro Volante Duas Gavetas E Um Gavetão - Gaveteiro volante medindo 400 x 470 x 600mm possuindo duas gavetas e um gavetão fechado com suporte para pastas suspensas, com chaves |

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019


Nelson de Hervey Costa
Superintendente
Comitê Paralímpico Brasileiro

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/08/2019 15:36:06 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1329665

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 15:26:16 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49832108191340210150-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b49e521868aec6f4987d2ebdb676967d1d9cbe5176311af52cb3cdd57c29a990c124c3e4ada4a529aa0fedece80bb42abd8b827174501a64f39cb7720131aab4a





Ministério da Educação
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
Diretoria de Gestão e Planejamento
Coordenação Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios
Coordenação de Aquisições e Convênios

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA 05/2016

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa **CENTER MÓVEIS E DEDIGN LTDA – ME**, inscrita no **CNPJ sob o nº. 15.676.062/0001-95**, sediada no CLN 116, Bloco D – Loja 51 – Asa Norte, CEP: 70.773-540, cidade de Brasília - DF, através da Nota de Empenho n.º **2015NE800877**, entregou ao **INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP**, os itens **47 e 66**, cujo Processo n.º 23036.002145/2015-28, adesão da Ata de Registro de Preços do Pregão n.º 105/2014 – do Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, conforme planilha abaixo:

| Empenho: 2015NE800877 | | | |
|------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|
| Qtd. | Descrição | Valor Un. | Valor Total |
| 200 | Poltrona Giratória | R\$ 560,00 | R\$112.000,00 |
| 70 | Estação de Trabalho | R\$ 1.100,00 | R\$ 77.000,00 |

Por fim, atestamos que a referida empresa cumpriu satisfatoriamente os compromissos assumidos, executando a entrega dos materiais dentro dos padrões de qualidade exigidos e nada constando em nossos arquivos que a desabone tecnicamente.

Brasília-DF, **30** de março de 2016.


PATRICIA TORAL BERTOLIN
Coordenadora de Recursos Logísticos


ANTONIO DE MELO SANTOS
Coordenador Geral de Recursos Logísticos, Aquisições e Convênios

SIG Quadra 04, Lote 327 – Edifício Villa Lobos – CEP: 70.610-908 – Brasília-DF

Tel: (61) 2022-3240/3238/3239/3235 | www.inep.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/08/2019 15:35:58 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1329662

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 15:26:16 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49832108191340200903-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b49e521868aec6f4987d2ebdb676967d13a43ba81647a524a2dbaa3672229c802124c3e4ada4a529aa0fedec80bb42abb4c4b4daf496dc6e80d3d5c099207703



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pregão Eletrônico: 28/2015

Nota de Empenho: 2015NE800920

Empresa: CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA-ME

Emissão da Nota de Empenho: 10 de dezembro de 2015

Valor da Nota de Empenho: R\$ 97.521,96 (noventa e sete mil, quinhentos e vinte e um reais e noventa e seis centavos)

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material permanente.

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA-ME**, inscrita no CNPJ nº 15.676.062/0001-95, com sede na Quadra CLN 116, Bloco "D", Loja 51 – Asa Norte, Brasília-DF, CEP: 70.773-540, cumpriu satisfatoriamente com as obrigações assumidas, em conformidade com a Nota de Empenho nº 2015NE800920, dentro do prazo estabelecido, conforme quantitativo abaixo, não constando em nossos arquivos, até a presente data, nada que desabone a sua conduta.


| Q.de | Descrição | R\$ unitário | R\$ total |
|------|-------------------------------------|--------------|---------------|
| 162 | Estações de Trabalho Med. 1400x1800 | R\$ 557,00 | R\$ 90.234,00 |
| 07 | Mesa de reunião redonda | R\$ 414,28 | R\$ 2.899,96 |
| 01 | Mesa para reunião retangular | R\$ 700,00 | R\$ 700,00 |
| 01 | Sofá de 3 (três) lugares | R\$ 3.688,00 | R\$ 3.688,00 |


SERGIO AGUINALDO ALVES
Fiscal

Sérgio Aguinaldo Alves
Chefe de Divisão de Patrimônio
DIPAT/COAMP
Matrícula: 2038511


JEFFERSON BRANDÃO MELO
Coordenador de Licitação e Contratos

Brasília – DF, 19 de fevereiro de 2016.


VALDERIR CLAUDINO DE SOUZA
Coordenador Geral de Logística e Serviços Gerais

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/08/2019 15:35:36 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1329660

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 15:26:16 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49832108191340210008-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b49e521868a6cf4987d2ebdb676967d1568d6cd46665109e3a1c4d38d6ec5a5a124c3e4ada4a529aa0fedec8
0bb42ab1ae9db4b9afb035886e7d606c0736147



Taboão da Serra, 23 de agosto de 2019

ATESTADO DE FORNECIMENTO N° 032/2019

A CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP, CNPJ 62.577.929/0001-35, neste ato representada por seus funcionários abaixo signatários, **atesta** para os devidos fins que a empresa **CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA - ME**, inscrita no CNPJ Nº **15.676.062/0001-95**, com sede na Rua Engracia Heiss, nº 320 – Jardim Gisela - Toledo - PR, fornece o objeto do contrato conforme abaixo relacionado, até a presente data.

CONTRATO

PRO.00.7396

| Objeto |
|--|
| Fornecimento e montagem de mobiliários, incluindo os serviços de desmontagem, transporte e remontagem de mobiliários que necessitem ser movimentados no pavimento PD do edifício Sede da PRODESP, sito a Rua Agueda Gonçalves, 240 — Jardim Pedro Gonçalves — Taboão da Serra/SP, nas quantidades descritas no quadro abaixo, conforme especificado no Termo de Referência e seus anexos que integram o contrato supracitado como ANEXO I. |

Assinatura : 05/06/2018

Vigência: : 05/06/2018 a 07/09/2019

| Descrição de Materiais | Unidade | Quantidade Total Fornecido |
|--|---------|----------------------------|
| Unidade de estação de trabalho — (140x80cm D duplo) | un | 163 |
| Unidade de estação de trabalho — (140x80cm S simples) | un | 06 |
| Unidade de estação de trabalho — (140x80cm S isolado) | un | 08 |
| Unidade de estação de trabalho — (160x80cm S cabeceira) | un | 26 |
| Mesa Superintendente c/ lateral à esquerda — (200x200cm) | un | 01 |
| Mesa Superintendente c/ lateral à direita — (200x200cm) | un | 01 |
| Mesa gerencial c/ lateral à esquerda — (180x200 cm) | un | 01 |
| Mesa gerencial c/ lateral à direita — (180x200 cm) | un | 04 |
| Mesa reuniões - 0120cm | un | 04 |
| Mesa reuniões — Oval 200x120cm | un | 04 |
| Armário alto | un | 32 |
| Armário baixo | un | 82 |
| Divisória biombo h=1,60m | m² | 81,9 |
| Serviço de desmontagem, transporte e remontagem | un | 0 |

RAFFAELE FRANCESCO CAMMAROSANO

Especialista Suporte Gestão

Matrícula: 10.402-4

Área responsável pela emissão do atestado gerado em conformidade com as informações prestadas pelos gestores do contrato.

asp

Leonardo Racickas
LEONARDO RACICKAS
Engenheiro Civil
Matrícula: 15.596-2
CREA: 5062523321

Leonardo Racickas
Engenheiro Civil
CREA-SP 5062523321/D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **26/08/2019 15:11:42 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1332450

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **26/08/2020 15:09:09 (hora local)**.

¹**Código de Autenticação Digital:** 49832608191052010632-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b233bbb949c39e7bd11f2257f83377ddc2c09edac4029e1c81c9e5211d03ee906124c3e4ada4a529aa0fedece80
bb42abdf18c92f8c1cbcb56ddd86889d9d0e3e



Brasília/DF, 29 de outubro de 2013.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para devidos fins que a empresa Center Móveis e Design Ltda, CNPJ nº 15.676.062/0001-95 sediada na Rua Largo São Vicente de São Paulo, Nº 1085 Sala 22 Bairro: Centro Toledo Paraná. CEP: 85900-215 forneceu o item abaixo especificado:

| Item | Qd. | Unid | ESPECIFICAÇÃO |
|------|-----|-------|---|
| 01 | 180 | Unid. | Cadeira com prancheta basculante (direito) |
| 02 | 27 | Unid. | Cadeira com prancheta basculante (direito) para obesos |
| 03 | 27 | Unid. | Cadeira com prancheta basculante (esquerda) |
| 04 | 25 | Unid. | Mesa reta med. 1260x750x740mm |
| 05 | 25 | Unid. | Gav. fixo 02 gavetas med 400x500x250mm |
| 06 | 01 | Unid. | Mesa reta med. 1710x750x740mm |
| 07 | 01 | Unid. | Gavet. Pedestal 3 gavetas comuns + vão – med. 400x500x600 |
| 08 | 04 | Unid. | Mesa computador med. 800x650x740mm |


| | | | |
|----|----|-------|---|
| 09 | 04 | Unid. | Calha passa fio med. 600 mm |
| 10 | 18 | Unid. | Mesa computador med. 600x650x740 mm |
| 11 | 18 | Unid. | Calha passa fio med. 400 mm |
| 12 | 01 | Unid. | Mesa reunião oval, med. 4000 x1000 |
| 13 | 01 | Unid. | Mesa reunião oval, med. 2500x1100 |
| 14 | 09 | Unid. | Mesa reunião triangular – estrutura metálica med. 1200 mm |
| 15 | 60 | Unid. | Mesa refeitório – med. 600x600x15mm |
| 16 | 01 | Unid. | Estante em aço med. 1040x330x2400 |
| 17 | 02 | Unid. | Armário de aço med. 900 x 300 x1980mm |
| 18 | 08 | Unid. | Estante aço – med. 920 x 300 x200mm |
| 19 | 03 | Unid. | Armário estante med. 900x500x1600 |
| 20 | 12 | Unid. | Armário baixo, med. 600x500x740mm |
| 21 | 10 | Unid. | Armário alto, med. 600x500x1600mm |
| 22 | 50 | Unid. | Corrediça para pasta suspensa para armário med. 600 mm de largura |

| | | | |
|----|----|-------|--|
| 23 | 02 | Unid. | Armário alto sem portas, med. 900x500x1600mm |
| 24 | 19 | Unid. | Armário alto, med. 900x500x1600mm |
| 25 | 13 | Unid. | Gav. volante 3 gavetas iguais, med. 460x550x500mm |

Informamos ainda que a referida empresa cumpriu com qualidade e prazo estabelecido no Pregão Eletrônico nº 029/2013 e Processo nº 00327/2013, não havendo até o momento nenhum registro que desabone a referida empresa.

Sem outro particular, colocamo-nos à disposição para possíveis esclarecimentos.

Atenciosamente,


PAULO ANDRÉ SILVA CAMPOS
Membro da Comissão de Licitação
SEST SENAT

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE
JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*¹ ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB N° 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/08/2019 15:35:19 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **CENTER MOVEIS E DESIGN LTDA - ME** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1329650

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 15:26:16 (hora local)**.

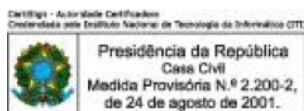
¹**Código de Autenticação Digital:** 49832108191340210639-1 a 49832108191340210639-3

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal n° 8.935/94, Lei Federal n° 10.406/2002, Medida Provisória n° 2200/2001, Lei Federal n° 13.105/2015, Lei Estadual n° 8.721/2008, Lei Estadual n° 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b49e521868aec6f4987d2ebdb676967d19d9a29afea2d942ffe5748b5f5865837124c3e4ada4a529aa0fedece80b
b42ab8bbe6644aa03e82a5110fc660d1a6c9



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2018

A CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP torna público que se encontra aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “**Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP**”, com utilização de recursos de tecnologia da informação denominada “**PREGÃO ELETRÔNICO**”

PROCESSO N.º: 2017638

OFERTA DE COMPRA N.º: 513101510852018OC00067

OBJETO: Fornecimento e montagem de mobiliários, incluindo os serviços de desmontagem, transporte e remontagem de mobiliários que necessitam ser movimentados.

FORMA DE FORNECIMENTO: Parcelada

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 / 04 / 2018

HORÁRIO: 9h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Global

CONSULTA AO EDITAL: O Edital e seus Anexos estão disponíveis na internet nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos” onde poderão ser consultados e extraídas cópias.

DISPOSIÇÕES GERAIS

A - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei federal n.º 8.666 de 21.06.93 e suas alterações;
Lei estadual n.º 6.544 de 22.11.89 e suas alterações;
Lei federal n.º 10.520 de 17.07.02;
Lei federal nº 12.846, de 01.08.13;
Decreto estadual n.º 47.297 de 06.11.02;
Decreto estadual n.º 48.999 de 29.09.04;
Decreto estadual n.º 49.722, de 24.06.05;
Decreto estadual n.º 51.469, de 02.01.07;
Decreto estadual nº 60.106, de 29.01.14
Resolução SF-23, de 25.07.05;
Resolução SF-15, de 19.03.07 e
Resolução CC-27, de 25.05.06 alterada pela Resolução CC-52, de 27.11.09.

B – SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da **INTERNET** no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste edital e será conduzida pelo Pregoeiro com auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. OBJETO

- 1.1. A licitação regida pelo presente edital, que será processada na modalidade **Pregão Eletrônico**, tem por objeto o fornecimento de mobiliários incluindo os serviços de desmontagem, transporte e remontagem de mobiliários que necessitam ser movimentados no pavimento PD do edifício Sede da PRODESP, à Rua Agueda Gonçalves nº 240 – Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra – SP, nas quantidades descritas no quadro abaixo e condições estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo IX, parte integrante deste Edital.

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE | UNIDADE |
|---|------------|---------|
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm D duplo) | 225 | un |
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm S simples) | 06 | un |
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm S isolado) | 12 | un |
| Unidade de estação de trabalho – (160x80cm S cabeceira) | 38 | un |
| Mesa Superintendente c/lateral à esquerda – (200x200cm) | 01 | un |
| Mesa Superintendente c/lateral à direita – (200x200cm) | 01 | un |
| Mesa gerencial c/ lateral à esquerda – (180x200cm) | 01 | un |
| Mesa gerencial c/ lateral à direita – (180x200cm) | 08 | un |
| Mesa reuniões – Ø120cm | 05 | un |
| Mesa reuniões – Oval 200x120cm | 04 | un |
| Armário alto | 76 | un |
| Armário baixo | 108 | un |
| Divisória biombo h=1,60 | 100 | m² |
| Serviço de desmontagem, transporte e remontagem | 150 | un |

- 1.2. O valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 1.427.192,24 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos) e encontra-se em orçamento estimado no Processo Administrativo, na forma da lei, estando referido processo franqueado à vista de interessados, mediante prévia solicitação através dos fac-símiles (11) 2845.6437 ou 2845.6440 ou pelo endereço eletrônico: pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, sendo a origem de recurso: Empresa não dependente – Fonte 4 recurso próprio e/ou Fonte 6 – Outras Fontes – Convênio Poupatempo e Convênio Acesso São Paulo.

- 1.3. O valor estimado a que se refere o subitem 1.2., não se confunde com o valor estabelecido pela Prodesp para aceitabilidade da melhor proposta classificada, após a etapa de lances, conforme previsto na legislação que rege a licitação na modalidade pregão eletrônico e cláusula 5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO e seus subitens, do edital.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo, em sua versão web-CAUFESP, observando-se, também, as disposições contidas no Decreto Estadual n.º 52.205, de 27 de setembro de 2.007, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no Regulamento do Pregão Eletrônico, anexo à Resolução SF n.º 23, de 25 de julho de 2.005.
 - 2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de Pregão Eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer Pregão Eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
 - 2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos documentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br.
- 2.2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que **inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP**, relativos ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens e/ou serviços que cotar.
- 2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.
- 2.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

2.6. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas:

- a) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública, quer seja no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, enquanto perdurarem os motivos da punição (artigo 87, IV da Lei federal nº 8.666/93) e as suspensas ou impedidas para licitar e contratar com a Administração, qual seja, esfera de governo do órgão sancionador (artigo 87, III da Lei federal nº 8.666/93 e do artigo 7º da Lei federal nº 10.520/02), conforme Resolução Nº 10/2016 (TC-A-63433/026/90) – Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- b) cuja falência haja sido decretada;
- c) estrangeiras que não funcionem no país;
- d) reunidas em regime de consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

3. PROPOSTA ELETRÔNICA

- 3.1. A proposta deverá obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e deverá ser enviada por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br na opção PREGÃO ELETRÔNICO – ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação na íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos neste edital, devendo à licitante, para formulá-la, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital e após o registro do interesse da licitante em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no CAUFESP.
- 3.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua apresentação.
- 3.3. O preço ofertado para o objeto desta licitação deverá corresponder, obrigatoriamente, à totalidade do mesmo, bem como estarem incluídas todas as despesas referentes a materiais, mão de obra, transporte e demais necessárias para o efetivo fornecimento do objeto, além dos impostos, taxas e encargos incidentes.
- 3.4. O preço ofertado deverá estar expresso em moeda corrente nacional sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária (Decreto Estadual 38.484 de 24.03.94).
- 3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de não aceitação dos preços ofertados pelo Pregoeiro.

- 3.5.1. Caso venha a ser contratada, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 3.5. deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 3.5.2. Se a contratada não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item 3.5.1, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.
- 3.6. O preço ofertado na proposta, deverá fazer referência à unidade de medida estabelecida.
- 3.7. A cooperativa de trabalho deverá apresentar sua proposta discriminando os valores dos insumos, especialmente os dos serviços sobre os quais incidirá a contribuição previdenciária que constitui obrigação da PRODESP, observadas as disposições do subitem 5.3., que deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.
- 3.8. A proposta e documentos de habilitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, nos termos do artigo 192 e seu parágrafo único do Código de Processo Civil vigente. Documentos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução para a língua portuguesa, por tradutor juramentado, salvo expressões técnicas de uso corrente.

4. HABILITAÇÃO

- 4.1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 5.6. deste edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 4.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 4.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- 4.1.2.1. Caso os documentos solicitados no item 4.1.2 não estejam em sua forma consolidada deverão ser apresentadas todas as alterações até a data da realização da sessão do Pregão Eletrônico.

- 4.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- 4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.1.5. Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Anexo I.
- 4.1.6. Certidão expedida pela Junta Comercial para empresa na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme artigo 8º da Instrução Normativa DNRC n.º 103, de 30 de abril de 2007.
- 4.1.7. Declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a PRODESP, inclusive em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98, Lei estadual nº 10.218/99 e Decreto estadual nº 53.047/08, subscrita por representante legal da licitante, conforme modelo Anexo II.
 - 4.1.7.1. As licitantes poderão utilizar-se do próprio modelo de formulário que compõe este edital como Anexo II, desde que devidamente identificado e assinado.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DEVERÁ SER COMPROVADA PELA LICITANTE QUE EFETIVAMENTE FOR EXECUTAR O CONTRATO. SE O LICITANTE FOR A MATRIZ DA EMPRESA, OS DOCUMENTOS A SEGUIR DEVEM ESTAR EM NOME DA MATRIZ; SE O LICITANTE FOR A FILIAL, OS DOCUMENTOS DEVEM ESTAR EM NOME DA FILIAL.

- 4.1.8. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- 4.1.9. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- 4.1.10. Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

- a) Certidão conjunta negativa de débitos ou certidão conjunta positiva com efeitos de negativa, relativas a tributos federais e a dívida ativa da União;
 - b) Certidão de regularidade de ICMS/Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Declaração de Isenção ou de Não Incidência, assinada pelo Representante Legal do Licitante sob as penas da Lei, podendo ser aceita a Certidão Negativa de Débitos Inscritos na Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado com base na Resolução Conjunta SF/PGE 03, de 13/08/2010 nos termos da Portaria CAT 20/1998;
 - c) Certidão de tributos mobiliários, negativa ou positiva com efeitos de negativa, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças.
- 4.1.11. Prova de Regularidade perante o Sistema de Seguridade Social – INSS, mediante a apresentação da CND (certidão negativa de débitos) ou CPD-EN (certidão positiva de débito com efeitos de negativa).
- 4.1.12. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio da apresentação do CRF (Certidão de Regularidade do FGTS).
- 4.1.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT (certidão negativa de débitos trabalhistas), nos termos do Título 7º-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452 de 1º de maio de 1943 ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado, com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do parágrafo 2º do artigo 642-A, da Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.
- 4.1.14. Declaração apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, quando não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, afirmando ter auferido no ano calendário anterior receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor, que disciplina o enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo Anexo III.
- 4.1.15. Declaração apresentada pela Cooperativa, que preenche as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, afirmando ter auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite estipulado pela legislação em vigor, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, conforme modelo Anexo IV.

Nota: O licitante que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente. Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e que abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1.16. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica.

4.1.17. Certidão Negativa de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica.

4.1.17.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante de homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

4.2. DOCUMENTAÇÃO GERAL – COOPERATIVA

Além do exame dos documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista e de Qualificação Econômico-Financeira exigidos nos subitens 4.1.8. a 4.1.17., serão examinados os documentos abaixo relacionados, **devendo, ainda, estarem todas as atas, devidamente registradas em cartório.**

4.2.1. Estatuto Social da cooperativa, com a ata da assembleia que o aprovou;

4.2.2. Registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei federal n.º 5.764, de 14 de julho de 1971;

4.2.3. Atestado de regularidade emitido pela Organização das Cooperativas de seu local de origem;

4.2.4. Certidão Cível expedida pela Junta Comercial onde está registrada a cooperativa, comprovando a inexistência de pedido de dissolução da entidade;

4.2.5. Ata de fundação;

4.2.6. Regimento Interno com a ata da assembleia que o aprovou;

- 4.2.7. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados com a ata da assembleia que o aprovou;
- 4.2.8. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias para comprovação da representatividade dos seus dirigentes e conselheiros;
- 4.2.9. Registro de Presença dos cooperados em assembleias gerais;
- 4.2.10. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- 4.2.11. Relação dos cooperados que executarão o objeto, discriminando e comprovando a data de ingresso de cada qual na cooperativa.
- 4.2.12. Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo Anexo I.

4.3. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

- 4.3.1. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE DE FORNECIMENTO, conforme modelo Anexo V, a comprovação da capacidade de fornecimento dar-se-á mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por cliente do licitante, pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do licitante no fornecimento pertinente e compatível e de natureza semelhante em características e quantidades com o objeto da licitação, atestando, inclusive, o bom desempenho e cumprimento a contento das obrigações contratuais.
 - 4.3.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter o(s) nome(s) da(s) empresa(s) declarante(s), a identificação do nome e a assinatura do responsável, bem como o número de telefone para contato e deverá comprovar fornecimento anterior na quantidade igual ou superior a 140 estações de trabalho, 10 mesas, 92 armários e 50m² de divisórias pertinentes, compatíveis e de natureza semelhante aos licitados, equivalente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade licitada.
 - 4.3.1.2. Na hipótese de apresentação de mais de 1 (um) atestado, será permitido o somatório das quantidades neles referidas.

4.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 4.4.1. Para o caso de empresas em recuperação judicial: Declaração subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo Anexo VI, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 4.4.2. Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: Declaração subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, conforme modelo Anexo VI, atestando que está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

5. SESSÃO PÚBLICA E JULGAMENTO

- 5.1. No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 5.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro, visará o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 5.2.1. Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital;
 - b) que apresentarem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
 - c) que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação;
 - d) que apresentarem os preços unitários dos itens que compõem o lote cotado, constantes das propostas apresentadas, incompatíveis com os de mercado ou que se revelarem manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 48, II, da Lei federal n.º 8.666/93, quando aplicável.
- 5.2.2. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.
- 5.2.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

- 5.3. Se a licitante for cooperativa de trabalho, para fins de aferição do preço ofertado, será acrescido ao valor dos serviços de que trata o subitem 3.7., o percentual de 15% (quinze por cento) a título de contribuição previdenciária, que constitui obrigação da PRODESP, nos termos do art. 22, inc. IV da Lei Federal nº 8.212, de 24/06/1991, com a redação introduzida pela Lei Federal nº 9.876, de 26/11/1999, c/c o art. 15, inc. I da Lei Federal nº 8.212/91.
- 5.4. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 5.5. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

5.6. ETAPA DE LANCES

- 5.6.1. Será iniciada a etapa de lances, para a qual serão convidadas a participar, todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- 5.6.2. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 5.6.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, admitindo-se lances cujos valores forem inferiores ao de menor valor registrado no sistema, ou inferiores ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima estabelecida entre eles, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido se ocorrerem dois ou mais lances de mesmo valor.
- 5.6.4. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.
 - 5.6.4.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, por mais 3 (três) minutos, visando à continuidade da disputa, quando houver lance ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o item 5.6.4. ou durante os períodos de prorrogação.
 - 5.6.4.2. A prorrogação, encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.
- 5.6.5. No ato da fase de lances, o valor de redução mínima a ser aplicado entre os lances será de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

- 5.6.6. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
 - b) do tempo restante para o encerramento da etapa, bem como do tempo de prorrogação desse encerramento.
- 5.6.7. A etapa de lances será considerada encerrada, findo os períodos de duração indicados no subitem 5.6.4.
- 5.6.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final em ordem crescente de valores.
- 5.6.8.1. Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado.
- 5.6.9. Com base na classificação a que alude o subitem 5.6.8, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n.º 11.488, de 15/06/2007, quando permitida a participação na licitação, e, de acordo com o registro da licitante junto ao CAUFESP, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 5.6.9.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
 - 5.6.9.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 5.6.9.1.
 - 5.6.9.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 5.6.9.1.
 - 5.6.9.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5.6.8., seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

- 5.6.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 5.6.9.1. e 5.6.9.2. , ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5.6.8., mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas ao acréscimo da porcentagem.
- 5.6.11. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 5.6.11.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data de apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, juntada aos autos.
- 5.6.11.1.1. Para aferir a aceitabilidade dos preços ofertados, o Pregoeiro procederá ao exame da adequação dos preços unitários dos itens que compõem o lote cotado com os praticados no mercado, sem prejuízo da adoção do menor valor total do lote, como critério de julgamento da licitação, quando aplicável.
- 5.6.11.2. Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.
- 5.6.11.3. Após o fechamento da negociação e da aceitabilidade dos preços, a licitante vencedora deverá encaminhar, dentro de no máximo 48 (quarenta e oito) horas, à Comissão Permanente de Licitação, fone (0xx 11) 2845.6948, fax (0xx11) 2845.6437, para a proposta cuja composição contemple mais de um item, planilha de preços atualizados de acordo com a proposta vencedora, conforme modelo Anexo VII.
- 5.7. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- 5.7.1. Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, existentes no CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 do edital.
- 5.7.2. Caso os dados e informações existentes no CAUFESP, não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.

- 5.7.2.1. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos de habilitação passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- 5.7.2.2. A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no edital, mediante a apresentação de documentos, desde que os envie, por meio do fac-símile n.º (0xx11) 2845.6437 ou por correio eletrônico para o endereço pregaoeletronicoprodesp@sp.gov.br, no curso da própria sessão do pregão e até a decisão sobre a habilitação, observado o previsto no item 5.7.3.
- 5.7.3. Ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios, a PRODESP não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere o subitem 5.7.1. ou para a transmissão de cópias de documentos, a que se refere o subitem 5.7.2.2. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista neste subitem, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- 5.7.4. Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos de habilitação enviados na forma constante do subitem 5.7.2., deverão ser endereçados à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO e entregues no PROTOCOLO CENTRAL da Prodesp, à Rua Agueda Gonçalves, 240 – Jardim Pedro Gonçalves, Taboão da Serra – São Paulo, Via de Serviços, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
 - 5.7.4.1. Verificada a qualquer tempo a ocorrência de fraude ou falsidade em prova documental, reputar-se-ão inexistentes os atos administrativos dela resultantes, cabendo à PRODESP expedir a comunicação cabível ao Ministério Público.
- 5.7.5. Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, não será exigida comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados nos subitens 4.1.8. a 4.1.15., deste edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 5.7.6. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

- 5.7.7. Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora colocando o cursor e clicando no botão ficha cadastral, o que fará aparecer a página disponível para tanto. Deverá, ainda, informar, o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.
- 5.8. A licitante habilitada nas condições do subitem 5.7.5., deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 5.9. A comprovação de que trata o subitem 5.8., deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 5.10. Ocorrendo a habilitação na forma indicada no subitem 5.7.5. , a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 5.8., para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 5.8. e 5.9.
- 5.11. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que tratam os subitens 5.8. e 5.9., ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 5.9.
- 5.12. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 5.8. a 5.11., o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5.6.9., examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 5.13. Quando comparecer um único licitante ao pregão ou houver uma única proposta de preços válida, é prerrogativa do Pregoeiro conduzir o procedimento ou, depois de analisadas as limitações de mercado e outros aspectos pertinentes, inclusive quanto aos preços, optar pela repetição de nova licitação, ou ainda optar pelo ato de suspender o Pregão.

6. RECURSOS

- 6.1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 5.8. a 5.11., o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema:

- 6.1.1. que poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso, exclusivamente, por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado no sistema, para tanto;
 - 6.1.2. o tempo para apresentação da manifestação a que se refere o subitem 6.1.1, será determinado pelo Pregoeiro.
- 6.2. Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem 6.1.1 deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a fluir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, constante do subitem 6.2.1, deste item.
 - 6.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO, e os documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, serão endereçados à Comissão Permanente de Licitação e entregues mediante protocolo, no PROTOCOLO CENTRAL da Prodesp, sita à Rua Agueda Gonçalves, 240 – Via de Serviços - Jardim Pedro Gonçalves – Taboão da Serra – São Paulo – SP, observados os prazos estabelecidos no subitem 6.2., deste item.
- 6.3. A falta da manifestação imediata e motivada do licitante, a que se refere o subitem 6.1.1. deste item, importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente, a homologação.
- 6.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, para decisão.
- 6.5. Se não houver recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e proporá à autoridade competente a homologação do certame e a contratação. Se houver recurso, decidido este, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 6.6. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6.7. A adjudicação será feita pelo menor preço global.

- 6.8. Se a vencedora da licitação for cooperativa, deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de adjudicação do objeto, os novos preços para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.
- 6.8.1. Para a apuração dos novos preços, deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 5.3. deste edital e o resultado da soma do novo preço total, com o valor do acréscimo expurgado, deverá ser igual ao valor total final obtido no certame;
- 6.8.2. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha a ser endereçada à Comissão Permanente de Licitação e entregue diretamente no PROTOCOLO CENTRAL da Prodesp, à Rua Agueda Gonçalves, 240, VIA DE SERVIÇOS, Taboão da Serra - SP.
- 6.8.3. Se a cooperativa deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 6.8., no prazo ali assinalado, os preços finais válidos para a contratação, serão apurados pela PRODESP, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, sobre o preço ofertado na referida proposta, observado ainda, o disposto no subitem 6.8.1.

7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 7.2. A desconexão do sistema eletrônico com o pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
- 7.2.1. fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, no ponto em que foi suspensão, sem prejuízo dos atos realizados até então. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensão, e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade;
- 7.2.2. durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no edital.
- 7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O objeto da presente licitação, será recebido em obediência ao constante do Anexo IX – Minuta de Contrato.
- 8.2. O recebimento definitivo não exime a contratada da responsabilidade de responder por prática abusiva, nos termos dos artigos 23 e 39, Inciso VII do Código de Defesa do Consumidor.

9. PAGAMENTOS

- 9.1. O pagamento será efetuado, de acordo com o constante da cláusula IV – Valor e Condições de Pagamento da Minuta de Contrato – Anexo IX do edital.
- 9.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções, neste caso, o prazo de que trata o subitem 9.1 começará a fluir a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, sem incorreções.
- 9.3. A PRODESP suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 9.4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S/A.

10. CONTRATAÇÃO

- 10.1. Em cumprimento ao disposto na Lei Estadual n.º 12.799 de 11/01/2008, regulamentada pelo Decreto n.º 53.455 de 19/09/2008, Resolução SF44, de 19/09/2008 e Portaria CAF-G n.º 03/10/2008, disponíveis para consulta no sítio www.bec.sp.gov.br – opção legislação, para que possa ser realizada a contratação, a licitante vencedora da licitação não poderá estar registrada no CADIN ESTADUAL.
 - 10.1.1. Por ocasião da formalização do Contrato/Pedido de Compra, a PRODESP verificará junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais – CADIN ESTADUAL, a existência de eventual registro que possa impedir a presente contratação.

- 10.1.2. A existência de registro no CADIN ESTADUAL, caracterizará descumprimento às regras do instrumento convocatório, sujeitando-se a licitante vencedora, a critério da Prodesp, à aplicação das sanções previstas no edital/contrato.
- 10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, no caso de empresa em situação de recuperação judicial, a apresentação de cópia do ato de nomeação do administrador judicial do licitante, ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração recente, último relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- 10.1.4. Constitui condição para a celebração da contratação, no caso de empresa em situação de recuperação extrajudicial, a apresentação de comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- 10.2. Sem prejuízo do disposto no item 10.1., em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual n.º 48.999, de 29.09.04, para a formalização do contrato, a PRODESP verificará, também, a existência de eventual registro no sítio www.sancoes.sp.gov.br e ainda, nos sítios: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/suprimentos_e_servicos, www.tce.sp.gov.br e www.portaltransparencia.gov.br, que possa impedir a presente contratação.
- 10.3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.
- 10.4. As disposições previstas nos itens 10.1., 10.2. e 10.3., aplicam-se àquele que será parte da relação contratual decorrente desta licitação.
- 10.5. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração do termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo IX.
 - 10.5.1. Se por ocasião da Formalização do Contrato/Pedido de Compra as Certidões de Regularidade de Débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com prazos de validade vencidos a Administração poderá verificar a situação por meio

eletrônico hábil, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

- 10.5.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil a adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 10.5.1, deste Item 10, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de não contratação e demais sanções pertinentes ao fato.
- 10.6. Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato/Pedido de Compra, de acordo com a Minuta – Anexo IX, podendo o prazo ser prorrogado uma vez e por igual período, desde que solicitado por escrito, durante o transcurso e por motivo justificado e aceito pela PRODESP, bem como assinar o Termo de Ciência e de Notificação – Anexo VIII, dando ciência da remessa da documentação do procedimento licitatório ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 10.6.1 Ficarà a critério da contratada, o acompanhamento do processo junto àquela Corte, cabendo-lhe as diligências para juntada da procuração, nomeando seus representantes legais/procuradores e demais atos que se fizerem necessários.
- 10.7. Quando a Adjudicatária, deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação, ou ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 10.5.1, ou recusar-se a retirar e firmar o Contrato/Pedido de Compra, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 10.8. A nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 10.9. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo- DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos”.
- 10.10. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 5.1. a 5.6. e subitens 6.1., 6.2., 6.3., 6.4., e 6.6. deste edital.

- 10.11. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.
- 10.12. O contrato será celebrado pelo prazo de 300 (trezentos) dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos e condições previstos no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.13. Observada a natureza do objeto contratado, é de responsabilidade exclusiva da Contratada, a retirada e descarte do material até o destino final, sempre que solicitado pela Prodesp, obrigando-se a apresentar a documentação comprobatória de sua qualificação para tanto, de conformidade com a legislação pertinente, sob pena de rescisão do ajuste, bem como da imposição das penalidades nele previstas.

11. SANÇÕES

- 11.1. A contratada ficará sujeita a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço se após o aceite do Contrato vier a cancelá-lo imotivadamente.
- 11.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a PRODESP e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e demais cominações legais.
- 11.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou descumprimento do disposto neste edital, a PRODESP poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 11.3.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades para as quais a CONTRATADA tenha concorrido diretamente.
 - 11.3.2. Multas de acordo com o disposto na cláusula VIII - RESCISÃO E PENALIDADES da Minuta de Contrato – Anexo IX deste edital.

- 11.3.3. Suspensão temporária e impedimento para licitar e contratar com a Administração, qual seja, esfera de governo a que se subordina a PRODESP, nos termos do artigo 87, III da Lei federal n.º 8.666/93 e do artigo 7.º da Lei federal n.º 10.520/02, conforme Resolução Nº 10/2016 (TC-A-63433/026/90) – Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PRODESP, observadas as disposições legais aplicáveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a PRODESP pelos prejuízos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3.
- 11.4. Ficará a critério da PRODESP a aplicação cumulativa ou não das sanções acima.
- 11.5. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das multas previstas no ato convocatório, após ter sido garantido o exercício do direito de defesa e registrada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP, obedecendo-se, também, as disposições do Decreto Estadual n.º 48.999, de 29/09/04.

12. FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

- 12.1. Reserva-se a PRODESP, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar o fiel cumprimento das especificações exigidas, a fim de assegurar o seu recebimento ou manifestar sua recusa.
- 12.2. Para efeito do disposto neste item, a PRODESP registrará as deficiências porventura existentes, comunicando-as à CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão Eletrônico será lavrada ata circunstanciada, observado o disposto no artigo 9º, inciso X, da Resolução CEGP-10/2002, a ser assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

- 13.3. Será mantido sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 13.4. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.
- 13.5. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOE e no próprio sistema, no endereço www.bec.sp.gov.br, opção Pregão Eletrônico.
- 13.6. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- 13.7. A impugnação, assim como o pedido de esclarecimento serão formulados em campos próprios do sistema, encontrados na opção EDITAL, sendo a impugnação respondida pelo subscritor do Edital e o esclarecimento respondido pelo Pregoeiro designado, com decisão no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 13.8. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
- 13.9. As certidões apresentadas para habilitação deverão estar dentro do prazo de suas respectivas validades e válidas na data da sessão do Pregão Eletrônico e quando estas não estiverem expressas, serão consideradas válidas pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data de suas emissões, como estabelecido no CAUFESP – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo.
- 13.10. Os casos omissos do presente Pregão Eletrônico serão solucionados pelo Subscritor do Edital e as questões relativas ao sistema, pelo Centro de Controle de Contratações – CCC, do Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC da Secretaria da Fazenda.

14. ANEXOS

14.1. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

| | |
|------------|--|
| Anexo I | Modelo de Declaração de Comprovação de Regularidade Perante o Ministério do Trabalho |
| Anexo II | Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo |
| Anexo III | Modelo de Declaração da Receita Bruta para Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional |
| Anexo IV | Modelo de Declaração da Receita Bruta para Cooperativa |
| Anexo V | Modelo de Atestado de Capacidade de Fornecimento |
| Anexo VI | Modelo de Declaração (empresas em recuperação judicial ou recuperação extrajudicial) |
| Anexo VII | Modelo de Planilha de Preços |
| Anexo VIII | Termo de Ciência e de Notificação |
| Anexo IX | Minuta de Contrato |

15. FORO

15.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Taboão da Serra, por mais privilegiado que outro seja.

Taboão da Serra, 03 de Abril de 2018.

Idel Suarez Vilela
Matrícula 06.911-5
Gerência de Suprimentos

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

À
Cia. De Processamento de Dados do Estado de São Paulo

Ref.: Pregão eletrônico n.º 034/2018

....., inscrito no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF n.º.....**(SE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA)** ou....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º.....e do CPF n.º.....**(SE EMPREGADOR PESSOA FÍSICA)**, **DECLARA**, para fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

..... (localidade),.....de.....de

nome do licitante (pessoa jurídica ou pessoa física)

carimbo e assinatura do representante legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Pela presente, declaramos sob as penas da lei, a inexistência de qualquer fato impeditivo que obste a nossa participação ou contratação neste Pregão Eletrônico nº 034/2018, estando esta empresa absolutamente regular no ponto de vista jurídico, financeiro, fiscal e trabalhista, inclusive perante o INSS/FGTS e em virtude das disposições da Lei federal nº 9.605/98, Lei estadual nº 10.218/99 e Decreto Estadual nº 53.047/08.

_____, _____ de _____ de 2018.

(nome da empresa licitante)

(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NÃO OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES – SIMPLES NACIONAL

À

Cia. De Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 034/2018

..... (denominação social da empresa), CNPJ n.º,
por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de **microempresa**, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

Ou

..... (denominação social da empresa), CNPJ n.º,
por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de **empresa de pequeno porte**, como não optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – SIMPLES NACIONAL, ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor.

_____, _____ de _____ de 2018.

(Nome da empresa Licitante)

(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ)

(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DA RECEITA BRUTA PARA COOPERATIVA

À
Cia. De Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 034/2018

.....(denominação social da empresa), CNPJ n.º, por seu representante legal, DECLARA, sob as penas da lei, na qualidade de **cooperativa**, que preenche as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n.º 11.488, de 15 de junho de 2007 e ter auferido no ano calendário anterior à realização da presente licitação, receita bruta nos limites estipulados pela legislação em vigor, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados.

_____, _____ de _____ de _____.

(Nome da empresa Licitante)

(número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ)

(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO V
MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE DE FORNECIMENTO

Pelo presente, atestamos para os devidos fins, que a empresa _____,
(indicar o nome da empresa licitante)

fornece e/ou forneceu _____,
(indicar o fornecimento realizado que deve ser pertinente, compatível e de natureza semelhante ao objeto desta licitação)

na quantidade de _____, tendo os mesmos atendido
(informar quantidade igual ou superior à indicada no subitem 4.3.1.1 do edital)

satisfatoriamente os objetivos e cumprido a contento com as obrigações contratuais.

_____, de _____ de _____.

Nome da empresa cliente do licitante

assinatura do responsável da empresa cliente do licitante e telefone para contato

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO
(empresas em recuperação judicial ou recuperação extrajudicial)

Ref: Pregão Eletrônico nº 034/2018.

Eu.....(*nome completo*), representante legal da empresa.....(*nome da pessoa jurídica*), participante do Pregão Eletrônico n.º 034/2018, DECLARO, sob as penas da lei:

Para o caso de empresas em recuperação judicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial.

Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estar ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

.....(*localidade*),de.....de.....

(nome e assinatura do representante legal)
RG n.º.....

ANEXO VII

MODELO DE PLANILHA DE PREÇOS

À
CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 034/2018

OBJETO: Fornecimento de mobiliários incluindo os serviços de desmontagem, transporte e remontagem de mobiliários que necessitam ser movimentados no pavimento PD do edifício Sede da PRODESP, nas condições estabelecidas na Minuta de Contrato – Anexo IX, parte integrante deste Edital.

Para a realização do objeto da licitação em referência, ofertamos os preços conforme quadro a seguir:

| Descrição | Unidade | Qtde. | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|---|---------|-------|----------------------|-------------------|
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm D duplo) | 225 | un | | |
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm S simples) | 06 | un | | |
| Unidade de estação de trabalho – (140x80cm S isolado) | 12 | un | | |
| Unidade de estação de trabalho – (160x80cm S cabeceira) | 38 | un | | |
| Mesa Superintendente c/lateral à esquerda – (200x200cm) | 01 | un | | |
| Mesa Superintendente c/lateral à direita – (200x200cm) | 01 | un | | |
| Mesa gerencial c/ lateral à esquerda – (180x200cm) | 01 | un | | |
| Mesa gerencial c/ lateral à direita – (180x200cm) | 08 | un | | |
| Mesa reuniões – Ø120cm | 05 | un | | |
| Mesa reuniões – Oval 200x120cm | 04 | un | | |
| Armário alto | 76 | un | | |
| Armário baixo | 108 | un | | |
| Divisória biombo h=1,60 | 100 | m² | | |
| Serviço de desmontagem, transporte e remontagem | 150 | un | | |
| PREÇO GLOBAL | | | R\$ | |

_____, ____ de _____ de _____

(nome da empresa licitante)

(carimbo e assinatura do representante legal)

ANEXO VIII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

Contratante: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP
 Contratada: XXXXXX.
 Contrato nº: PRO.00.XXXX
 Objeto: XXXXXXXXXXXXX
 Advogado (S)/ nº OAB: (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Taboão da Serra, de de 20....

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

| | | |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Nome | | |
| Cargo | | |
| CPF: | RG: | Data de Nascimento: |
| Endereço residencial completo | | |
| E-mail institucional | | |
| E-mail pessoal | | |
| Telefone(s) | | |
| Assinatura | | |

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

| | | |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Nome | | |
| Cargo | | |
| CPF: | RG: | Data de Nascimento: |
| Endereço residencial completo | | |
| E-mail institucional | | |
| E-mail pessoal | | |
| Telefone(s) | | |
| Assinatura | | |

| | | |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Nome | | |
| Cargo | | |
| CPF: | RG: | Data de Nascimento: |
| Endereço residencial completo | | |
| E-mail institucional | | |
| E-mail pessoal | | |
| Telefone(s) | | |
| Assinatura | | |

CONTRATADA:

| | | |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Nome | | |
| Cargo | | |
| CPF: | RG: | Data de Nascimento: |
| Endereço residencial completo | | |
| E-mail institucional | | |
| E-mail pessoal | | |
| Telefone(s) | | |
| Assinatura | | |

| | | |
|-------------------------------|-----|---------------------|
| Nome | | |
| Cargo | | |
| CPF: | RG: | Data de Nascimento: |
| Endereço residencial completo | | |
| E-mail institucional | | |
| E-mail pessoal | | |
| Telefone(s) | | |
| Assinatura | | |

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Nota: Modelo publicado pelo TCESP no DOE de 01/12/2017.

ANEXO IX

MINUTA

DE

CONTRATO



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/04/2020 às 09:49) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 15.676.062/0001-95.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E95.B151.ADDF.B561 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/04/2020 às 09:50) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 007.954.629-30.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5E95.B17A.8299.A602 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 00795462930**LIMPAR****Data da consulta:** 14/04/2020 09:40:49**Data da última atualização:** 13/04/2020 18:00:05

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:**CPF / CNPJ:** 15676062000195**LIMPAR****Data da consulta:** 14/04/2020 09:40:49**Data da última atualização:** 13/04/2020 18:00:05

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | |